



## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

### POLÍTICAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO PARA MULHERES E A INVISIBILIDADE EM GESTÕES MUNICIPAIS: o caso de municípios piauienses

PROFESSIONALIZATION POLICIES FOR WOMEN AND INVISIBILITY IN MUNICIPAL  
MANAGEMENT: the case of Piauí municipalities

**Heline Silva Santos<sup>1</sup>**  
**Monique Menezes Urra<sup>2</sup>**

#### RESUMO

Este artigo integra uma pesquisa em curso, cujo objetivo é analisar a política pública de capacitação profissional para mulheres em Teresina, entre os anos de 2015 a 2019, como uma ferramenta efetiva para melhorar as condições de entrada no mundo do trabalho, sob a perspectiva da usuária da política. Ampliando o contexto pesquisado, este artigo buscou responder o seguinte questionamento: a gestão pública municipal tem ofertado políticas de capacitação profissional que corroborem com a emancipação feminina, ou apenas reproduz a concepção da divisão sexual do trabalho, ofertando qualificações que ratificam trabalhos historicamente destinados a mulheres? Partindo da premissa que a oferta de capacitação profissional para mulheres contribui com a manutenção de espaços identificados como femininos, reforçados pela divisão sexual do trabalho, esse artigo, identificou e analisou experiências de políticas de profissionalização para mulheres em municípios piauienses, entendendo como essas propostas estão postas na esfera municipal, possibilitando a resolução de demandas de incentivo a inserção profissional. A pesquisa de caráter documental e exploratória coletou dados de experiências de políticas públicas e ações de profissionalização para mulheres em sites governamentais dos cinco maiores municípios piauienses, permeando um levantamento por meio de tabela comparativa, buscando compreender sua natureza e propostas de mudança social ao público alvo, além de destacar elementos conceituais acerca da implementação de políticas públicas para mulheres no Brasil.

<sup>1</sup> Aluna da VII Turma do Mestrado Profissional em Gestão Pública- Programa de Pós Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí. helinessantos@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal do Piauí - UFPI

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Instituições e Políticas Públicas – NIPP. moniquemenezes@gmail.com.

**Palavras-chave:** política para mulheres; capacitação profissional; gestão municipal.

#### **ABSTRACT**

This article integrates an ongoing research, whose objective is to analyze the public policy of professional training for women in Teresina, between the years 2015 to 2019, as an effective tool to improve the conditions of entry into the world of work, from the perspective of policy user. Expanding the researched context, this article sought to answer the following question: the municipal public management has offered professional training policies that corroborate with female emancipation, or does it just reproduce the conception of the sexual division of labor, offering qualifications that ratify jobs historically destined for women? Starting from the premise that the offer of professional training for women contributes to the maintenance of spaces identified as feminine, reinforced by the sexual division of labor, this article identified and analyzed experiences of professionalization policies for women in Piauí municipalities, understanding how these proposals are placed at the municipal level, enabling the resolution of demands to encourage professional. The documentary and exploratory research collected data from experiences of public policies and professionalization actions for women on government websites of the five largest municipalities in Piauí, permeating a survey through a comparative table, seeking to understand their nature and proposals for social change to the target audience. , in addition to highlighting conceptual elements about the implementation of public policies for women in Brazil.

**Keywords:** politics for women; professional training; municipal management.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo traz uma análise da institucionalização de políticas pública de profissionalização para mulheres em municípios piauienses, e como esses instrumentos governamentais aparecem divulgados na esfera municipal através da mídia, com a publicação de decretos, programas, projetos ou ações que visem a oferta de educação profissional, específicos para mulheres, visando o incentivo a geração de emprego e renda.

Atendendo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979, o Brasil passa a implementar políticas públicas voltadas para as mulheres a partir da década de 80, visando reparar as desigualdades sociais entre homens e mulheres, reivindicação dos movimentos de mulheres e do feminismo durante anos. A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, no Estado de São Paulo, em 1983, e a criação da primeira Delegacia da Mulher em 1985 (FARAH, 2004) foram os primeiros organismos

institucionais. Logo em seguida essas instituições tomaram nível nacional e novas propostas de políticas públicas de gênero foram surgindo em todo o Brasil.

A formação destinada às mulheres também sofreu alterações ao longo do tempo, uma vez que a “educação das mulheres concentrava-se na preparação para o seu destino último: esposas e mães. [...] acreditavam que o objetivo da educação feminina era a preparação para a maternidade” (HAHNER, 2003: 123). Desse feito, passou a ser objeto de reivindicação quando os movimentos feministas incorporaram nas suas pautas a mudança na educação destinada a mulheres, entendendo que a incorporação ao mundo do trabalho e a profissionalização traria os meios para prover sua autonomia e empoderamento.

Observa-se historicamente, que os avanços na inserção das mulheres no contexto econômico-social, ou seja, no mundo do trabalho, decorreram de uma série de fatores. As mudanças na educação feminina e a incorporação ao mundo do trabalho trouxeram possibilidades de emancipação feminina e, lentamente, conquistas postas na condução de políticas públicas. Entretanto, não foi apenas um processo funcional e mecânico, vide o fato de que a inserção e reconhecimento de mulheres no mundo do trabalho é bandeira de luta dos movimentos feministas (FRASER, 2002).

Com a conquista cada vez mais crescente de espaços e garantias de direitos para mulheres, é notório a busca na gestão pública municipal na incorporação de políticas e ações destinadas a manutenção de direitos das mulheres. O modelo de gestão administrativa pública no Brasil também tem sido experienciado e alterado conforme as mudanças sociais e políticas, além de técnicas provenientes da gestão do setor privado, baseado em resultados e metas (OLIVEIRA, 2010).

Vale aqui ressaltar que inúmeros estudos apontam dados sobre a condição da mulher no mercado de trabalho, dentre eles o informativo com indicadores de gênero para o Brasil, intitulado “Estatística de Gênero, Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil” (IBGE, 2018), contribuindo para enriquecer as agendas com as necessidades de políticas públicas para mulheres, uma vez que refletem o cotidiano de suas vivências sociais.

Dentre as informações disponíveis, importante destacar dados de estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos. Os dados apontam para uma triste realidade: as mulheres estudam mais, trabalham mais e ganham menos. As mulheres ganham em média 76,5% do rendimento dos homens, e em sua maioria, buscam ocupações

com uma jornada de trabalho por tempo parcial, (as mulheres ocupadas em trabalhos por tempo parcial, de até 30 horas semanais, é o dobro da de homens: 28,2% das mulheres ocupadas, contra 14,1% dos homens), o que lhes possibilitam se ocuparem ainda com cuidados com pessoas e afazeres domésticos (73% mais que os homens), trabalho esse não remunerado (IBGE, 2018).

Desse feito, a mulher trabalha, em média, 54,4 horas semanais, contra 51,4 dos homens. Os dados ratificam que a responsabilização da mulher com os afazeres domésticos dificulta seu acesso ao mercado de trabalho, bem como permanência ou progressão profissional. No Piauí 42% dos 848 mil domicílios têm como principal responsável as mulheres. Em Teresina, a participação feminina na administração dos domicílios é maior. 47% (103 mil) dos 222 mil domicílios da capital. Esta nova configuração social, se deve aos novos arranjos familiares e maior participação feminina no mercado de trabalho (IBGE-2010).

## **2 ESSE CURSO É PARA MULHER? DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FORMAÇÃO DE MULHERES**

É certo que mulheres ocupam distintas posições e postos de trabalho, e que em todos eles as desigualdades em relação aos homens estão presentes, até mesmo nas mais altas classes. Nota-se então a existência dessa desigualdade como uma questão de gênero (BIROLI, 2017: 21), pautada entre todos os grupos de mulheres, perpetuada pela divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho caracteriza-se como uma “divisão que reproduz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens” (BIROLI, 2017: 21), perpetuando ao longo dos anos espaços, trabalhos, papéis e profissões como pertencentes a mulheres, isentando os homens de muitas dessas atribuições, como cuidados com filhos e pessoas doentes e tarefas domésticas.

Hoje, embora as mulheres venham conquistando cada vez mais espaços no mundo do trabalho, seja na iniciativa privada ou por ingresso no setor público através de concurso, desmitificando barreiras postas pela sociedade, a sua participação na vida pública ainda é escassa e a profissionalização não lhes garante acesso igualitário aos diferentes postos de trabalho (Pinheiro *et al.*, 2016).

Nas últimas décadas do século XX o perfil do acesso das mulheres brasileiras a educação e ao trabalho remunerado se alterou significativamente. Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Modificaram-se, assim, os ritmos e as feições da vida cotidiana. A posição delas se modificou, também, no acesso à escolarização. Hoje tem em média mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações. (BIROLI, 2017:21).

A posição de mulheres em relação a frente de trabalho é algo constitutivo de gênero, pois está imbricado nas relações de poder. A exclusão da mulher da vida pública e da construção de normas e políticas públicas tem mantido, segundo BIROLI (2018) uma sub-representação feminina no debate e agenda pública. A autora aponta a divisão sexual do trabalho como uma forma latente dessa exclusão, reforçando a manutenção de papéis historicamente estabelecidos para mulheres, cumprindo uma ideologia “familista” de trabalho e cuidados ao longo dos anos. Essa exclusão perpassa a categoria gênero e se entrelaça a raça e classe, o que a autora identifica como opressões cruzadas (BIROLI, 2018). Sem a participação de mulheres nos espaços de poder e tomada decisão, além da ausência de políticas de gênero, não teremos umas sociedades efetivamente democrática.

Partindo desse fato, visto que as mulheres são diversas e que várias categorias se intercalam, influenciando diretamente suas vidas, desde o cotidiano ao mundo público, podemos dimensionar que as mulheres que adentram ao mercado de trabalho são distintas e enfrentam dificuldades múltiplas, embasadas em sua grande parte pelas categorias raça, classe, idade e etnia.

A divisão sexual do trabalho assume assim diversos moldes, dentre esse cruzamento, e a vivência dessas relações não se dá da mesma forma em todos os grupos de mulheres. Desse feito, o acesso ao mundo do trabalho também tem se mostrado de formas distintas, e mesmo com todas as dificuldades, esse universo ainda é uma conquista para a maioria.

Essa conquista tem se materializado através de políticas públicas nas mais diversas áreas. Considerando que as políticas públicas são a materialização da intervenção do Estado nas relações sociais (SOUZA, 2018), entende-se que as ações de **profissionalização para mulheres** configuram-se como a intervenção do Estado nas relações desiguais de gênero.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: *a gestão pública municipal tem ofertado políticas de capacitação profissional que corroborem com a*

*emancipação feminina, ou apenas reproduz a concepção da divisão sexual do trabalho, ofertando qualificações que ratificam trabalhos historicamente destinados a mulheres?*

Partindo da premissa que a oferta de capacitação profissional para mulheres contribui com a manutenção de espaços identificados como femininos, reforçados pela divisão sexual do trabalho, esse artigo, identificou e analisou experiências de políticas de profissionalização para mulheres em municípios piauienses, entendendo como essas propostas estão postas na esfera municipal, possibilitando a resolução de demandas de incentivo a inserção profissional, fruto da luta de movimentos sociais de mulheres ao longo de anos no Brasil.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**

A partir de 2004, a Lei 10.886/04 reconheceu o tipo penal “violência doméstica”, alterando o Código Penal no artigo 129. A criação de um espaço de construção de políticas públicas específicas para mulheres se deu com a abertura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), por meio da Lei nº 10.683, de 8 de maio de 2003, contribuindo para efetivação de políticas de gênero em todo país, fortalecendo o movimento de mulheres e reconhecendo suas lutas. Com esse histórico de avanços e desafios das políticas públicas para as mulheres no Brasil, é possível perceber a importância da ação dos movimentos de mulheres para a conquista e efetivação de direitos.

O Plano Plurianual -PPA 2004-2007- trouxe pela primeira vez no Brasil, a inclusão da perspectiva de gênero como tema transversal em várias políticas públicas, destacando assim a importância da implementação dessa agenda nas políticas públicas de todo o país (PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes, 2205).

O Brasil deu mais um passo importante na elaboração e execução de políticas públicas para mulheres, sancionando em 07 de agosto de 2006 a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha<sup>1</sup>, que obriga a abertura de inquérito policial, e que os crimes sejam julgados em Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Presidência da República, Lei 11.340). Especificamente no combate à violência contra a mulher, o Brasil conta hoje com políticas públicas caracterizadas como serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher pode ser considerada a porta de entrada da mulher no sistema de atendimento do Estado, modelo de política pública.

Além das Delegacias, existem **Defensorias Públicas** de atendimento à mulher que proporcionam orientação jurídica às vítimas; serviços de saúde, que também se constituem como porta de entrada da mulher no sistema, principalmente quando as mesmas procuram ajuda em caso de violência física e sexual; os **Centros de Referência e Apoio à Mulher Vítima de Violência**, e as **Casas-Abrigo**, que funcionam em local sigiloso, recebendo as mulheres em risco de vida, vítimas de violência doméstica, e seus filhos menores de idade. Todas essas políticas públicas funcionam vinculadas à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal.

Nota-se que a elaboração e execução de políticas públicas para mulheres no Brasil tem sido um grande desafio, haja vista a emergência em trazer respostas à disparidade de conquistas de espaços sociais da mulher e na criação de condições para o exercício da cidadania (BRUSCHINI, 2007). Para que essas políticas sejam universais, tendo os problemas sociais efetivamente incorporados pelo Estado e atendam efetivamente os anseios das mulheres em questão, incorporando-se como direitos, e não atuando na superficialidade.

Quando pensamos sob o ponto de vista das mulheres, essa visão fundamenta a elaboração de políticas pontuais que são diferentes de políticas específicas, uma vez que pouco contribuem para a eliminação da situação de desigualdade e hierarquia entre os homens e as mulheres, pois não atuam sobre as condições estruturais das desigualdades de gênero. (CISNE; GURGEL, 2008: 87).

A inclusão da perspectiva de gênero na agenda governamental, a partir da década de 80, abre espaço para estudos ainda pouco explorados no Brasil (FARAH, 2004). A autora aponta que “analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretende-se ir além da identificação de políticas e programas que atendam a mulheres” (FARAH, 2004: 49). Ao analisar as políticas públicas e os programas governamentais sob a perspectiva de gênero, pretende-se examinar em que medida, tais iniciativas têm contribuído para mudar as relações desiguais em nossa sociedade (FARAH, 2004).

#### **4 EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO PARA MULHERES EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES**

Foram coletados dados de experiências de políticas públicas e ações de profissionalização para mulheres, em sites governamentais dos seis maiores municípios piauienses, delimitadas nos últimos quatro anos, permeando um levantamento por meio de

quadro explicativo, buscando compreender sua natureza e propostas de mudança social ao público alvo, além de destacar elementos das formações ofertadas.

As situações percebidas apontam a ausência de políticas públicas de capacitação profissional específicas (projetos, programas) para mulheres na maioria dos municípios pesquisados. No cenário piauiense é possível destacar algumas ações de profissionalização isoladas, não destinadas especificamente para mulheres, voltadas a assistência de famílias de baixa renda e/ou em situação de violência, com oferta de cursos de capacitação profissional em sua maioria vinculadas as áreas de alimentação e beleza.

**QUADRO 1.** Experiências de profissionalização

MUNICÍPIO	EXPERIÊNCIAS/ ATIVIDADES	MUDANÇA SOCIAL	PÚBLICO ALVO	ÁREAS DE FORMAÇÃO
<b>Picos</b>	Projeto Mulher Qualifica	Fomentar ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo para geração de emprego e renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade social.	Mulheres que possuem renda mensal de até um salário mínimo e meio, estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou médio ou não tenham escolaridade ou tenham passado por situações de violência doméstica	Educação Financeira para mulheres Empreendedoras; Formalização para Mulheres Empreendedoras; Marketing Digital para Mulheres Empreendedoras; Empreendedoras da Beleza Finanças – Como Organizar suas reservas; Artesanato & Costura: esse é meu negócio; Inovar em tempos de crise. Mulher Maravilha: Empreendedorismo e empoderamento feminino.
<b>Parnaíba</b>	Cursos profissionalizantes para mulheres	Melhorar renda familiar, fortalecer laços de amizade e ajuda mútua entre as moradoras das comunidades assistidas, além da conquista de autonomia financeira	Mulheres parnaibanas	Gastronomia- doces, salgados e tortas
	Ausência de experiências de capacitação específicas para mulheres - Curso de formação de pedreiro em parceria com o Senai –PI, destacando a participação de mulheres	Formar pedreiros	3 mulheres participaram da formação	Ausência de experiências de capacitação específicas para mulheres - Curso de formação de pedreiro em parceria com o Senai –PI, destacando a participação de mulheres.



<b>Piripiri</b>	Ausência de experiências de capacitação específicas para mulheres			
<b>Floriano</b>	Projeto "Capacita Minha Cidade" (cursos oferecidos para população em geral, com turmas específicas para mulheres)	Capacitar e oferecer novas fontes de renda para as mulheres, investindo na melhoria da qualidade de vida de diversas famílias.	Mulheres assistidas pelos programas sociais do CRAS I, CRAS II, CREAS e Criança Feliz	Curso de "mexer em cabelo", esfirra, sushi, Pizza, Bolo Confeitado (módulo I), Bolo Confeitado (módulo II), Penteados Profissionais, Maquiagem Profissional, Doces Finos para Festa e Designer de Sobrancelha.
<b>São Raimundo Nonato</b>	Cursos profissionalizantes de diversas áreas para a população de diferentes localidades	Oportunizar um aumento na renda familiar	Mulheres da comunidade rural Pé do Morro	Oficina de bordado.
	Cursos profissionalizantes de diversas áreas para a população de diferentes localidades	Oportunizar um aumento na renda familiar e incentivo ao empreendedorismo	Mulheres da comunidade rural São Vítor	Doces, salgados, manicure e pedicure, artesanato, bordado e crochê.
	Cursos profissionalizantes	Ensinar as gestantes a costurar e fazer o enxoval dos bebês e também como uma forma de geração de renda	Mulheres cadastradas no Bolsa Família.	Curso de corte e costura para mulheres gestantes.
<b>Teresina</b>	Projeto Profissionalizar Mulher	Promover autonomia produtiva e financeira das mulheres. Realizar o empoderamento das mulheres através do processo de desenvolvimento pessoal e profissional de autoconfiança e elevação da autoestima	mulheres beneficiárias de programas sociais, em situação de vulnerabilidade e risco social, atendidas pela rede de enfrentamento à violência em Teresina	Artesanato em bonecas de pano; manutenção de celulares; pintora predial; pedreira; operadora de caixa; auxiliar administrativo; corte de cabelo e escova; panificação; doces e salgados; arte muralista; bolsa artesanal; empreendedorismo; mídias digitais; Assistente Administrativo; Confeitaria Básica;
	Qualifica Mulher	Promover a autonomia produtiva e financeira das mulheres, com ações que contribuam para o reconhecimento e a valorização dos direitos e da cidadania das mulheres, e aumentar a capacidade de empregabilidade	Mulheres teresinenses em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Serviço Florescer.	Curso de Laços para cabelos; Como Arrasar nas Vendas Online com o mercado pago

No quadro foram destacados ações e projetos de educação profissional para mulheres, com a presença delas pontuada em formações antes vistas como masculinas, como no caso do curso de pedreiro ofertado pela Prefeitura de Parnaíba, ou ainda a ausência de ações específicas de profissionalização.

Os dados coletados permitem destacar políticas de capacitação profissional permanentes, como no caso do município de Floriano, que desde 2017 realiza o Projeto "Capacita Minha Cidade", tendo sido criado com o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes, preparando pessoas para o mercado de trabalho, contribuindo para a geração de emprego e renda, atendendo principalmente mulheres.

No entanto, as formações destacadas reiteram profissões historicamente identificadas como do universo feminino, como exemplo as áreas de beleza e alimentação, embora no município tenha sido criada a Lei Nº 1066 de 2021, que tem o objetivo de promover e valorizar a mulher na sociedade por meios de fóruns, palestras, encontros, oficinas e debates, além de cursos em prol da valorização da mulher, a serem celebrados durante a Semana da Mulher.

Destaca-se ainda no âmbito do município de Teresina dois modelos de política de capacitação profissional específicos para mulheres, o projeto "Profissionalizar Mulher" e o projeto "Qualifica Mulher", ambos financiados pelo governo federal. O primeiro projeto ocorreu entre os anos de 2014 a 2019 e o segundo encontra-se no início de sua execução.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se, portanto, que embora significativos avanços tenham ocorrido na oferta de políticas públicas para mulheres no Brasil, ainda se faz necessário que o poder público incorpore ações que de fato venham proporcionar oportunidades múltiplas de inserção profissional para mulheres, ofertando uma educação profissional emancipatória, onde a mulher possa escolher quais áreas quer receber capacitação profissional, para além das ocupações tradicionais.

Ainda que a perspectiva de transversalização de gênero tenha sido incorporada no Brasil, com intuito de trazer o foco de gênero as estratégias políticas institucionais, a sua implementação precisa sair da esfera operacional para o plano institucional, e de fato contemplar as mulheres, não apenas transversalizando ações, mais de fato ofertando políticas

específicas para mulheres, em especial aquelas políticas que contribuam para a promoção do empoderamento feminino (SARDENBERG, 210).

Para que este fato ocorra, os desafios da gestão pública são muitos, perpassando pela implantação situada, monitoramento e avaliação das ações para que de forma efetiva possam alcançar os anseios do público alvo ao qual a organização se dirige, trazendo satisfação de suas necessidades e mudança concreta da realidade.

## REFERÊNCIAS

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma gerencial da administração pública brasileira**. In: Moderna Gestão Pública: dos meios aos resultados. Oeiras: INA, 2000, p. 55-72.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e política públicos. Estudos

Feministas; Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71,2004.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. In: BRUSCINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002, p. 61-78.

HAHNER, June Edith. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Caderno de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez.2007.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018).

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LAUSCHNER, Mirella Cristina X. G. da Silva. **Os Movimentos Feministas: Família X Trabalho**. 154-156. In: Caderno de Resumos [expandido] do 16º Encontro Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisas sobre a Mulher e Relação de Gênero e o 2º Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta: Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. Manaus: Edua, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e Poder**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático- políticos**. In: ALVES, Ivã; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de (Org.). Travessias de gênero na perspectiva feminista. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

